

|                  |      |       |
|------------------|------|-------|
| PMS              | FMLF | GERIN |
| BIBLIOTECA       |      |       |
| Jornal           |      |       |
| TRIBUNA DA BAHIA |      |       |
| Data             |      |       |
| 30 E A 105103    |      |       |
| Caderno          |      |       |
| ECONOMIA 3       |      |       |
| Seção            |      |       |
| Assunto          |      |       |
| MEIO AMBIENTE    |      |       |
| POLUIÇÃO         |      |       |
| AMBIENTAL        |      |       |

POR ARES MAIS RESPIRÁVEIS

Beba **CAFÉ América** Muito mais aroma. Muito mais sabor.

# Controle da poluição vira fonte de divisas

*Salvador abriga dia 19 o seminário nacional sobre o mercado de carbono, para debater ganhos que podem ser obtidos nos acordos sobre a redução na emissão de gases poluentes na atmosfera*

As deliberações do protocolo de Kyoto, que prevê a redução de 5,2% das emissões mundiais dos Gases Efeito Estufa (GEE) no período 2008-2012 em relação aos níveis de 1990, poderão resultar em oportunidades de negócios e de melhorias ambientais para a Bahia. Para apresentar e discutir essas oportunidades, ocorrerá no próximo dia 19, no auditório da Desenbahia, em Salvador, o Seminário Nacional sobre o Mercado de Carbono, o primeiro evento do gênero a realizar-se no estado.

O carbono (CO<sub>2</sub>) é o principal agente causador do efeito estufa. O novo mercado é resultado da criação, no âmbito do protocolo de Kyoto, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um sistema que permitirá aos países ricos – e, por isso mesmo, os que emitem mais GEE na atmosfera – cumprir suas cotas de redução de poluição mediante a compra de “créditos” em países mais pobres ou emergentes.

Para vender os créditos de carbono, os países emergen-

tes terão de desenvolver projetos que contribuam para reduzir a emissão de gases, seja por intermédio da produção de energia limpa, como a solar, seja a partir de biomassa, ou ainda plantando florestas que absorvam carbono da atmosfera – e, desse modo, promovendo o chamado sequestro de carbono.

Trata-se, na verdade, de um sistema de compensação, pelo qual quem polui assegura o cumprimento de sua cota de redução financiando o outro para que não venha a poluir, ou para que contribua para retirar CO<sub>2</sub> da atmosfera. No Brasil, os créditos de carbono serão negociados por meio de Certificados de Redução de Emissões (CRE), previstos no MDL.

## ACORDOS

Embora o mercado de carbono só deva começar a funcionar a partir deste ano, quando a Rússia ratificar o protocolo de Kyoto, uma série de negócios já vem sendo acordada previamente, inclusive no Brasil.

Exemplo: no ano passado, a V&M do Brasil (antiga Mannesmann) fechou acordo com o governo da Holanda para a venda de 5 milhões de toneladas de créditos de carbono em dez anos, ao custo de 1,5 milhão de euros (cerca de R\$ 5 milhões) por ano. Para vender os créditos, a V&M teve de substituir o coque que utilizava na produção de tubos de aço por carvão vegetal, oriundo de uma floresta de eucaliptos integrada à usina. Com isso, conseguiu reduzir em 21% sua emissão de CO<sub>2</sub>.

## PALESTRANTES

O Seminário conta com o apoio da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado e da Desenbahia. Serão quatro painéis sobre os temas “Mudanças Climáticas e Mercado Ambiental”, “Mercado de Carbono em Parceria com o 3º Setor”, e os casos “Ecológica”, na Ilha do Bananal, e “SOS São Francisco”.

Os palestrantes serão os especialistas Warwick Manfrinato, da USP; André Ferretti, da SPVS, no Paraná; Paulo Braga, da EcoSecurities; Benito Fernandez Mera, do Instituto Bioeste; Divaldo Resende, da Ecológica; Werner Kornexl (Banco Mundial); Waldeck Ornelas (SOS São Francisco); e Durval Olivieri (Secretaria de Meio Ambiente).